

Estratégias empresariais e efeitos locais: A integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose

Silvia Lima de Aquino<sup>1</sup>

**Resumo**

*A Fibria Celulose S/A (multinacional resultante da fusão entre a Aracruz Celulose S/A e a Votorantim C.P.) maior produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo, através de um programa conhecido como “Produtor Florestal”, integra pequenos agricultores à sua unidade produtiva. Estes, após assinarem um contrato com a empresa, passam a cultivar eucaliptos que serão utilizados por ela para a produção de celulose. Assim, o objetivo deste artigo é o de estabelecer uma reflexão sobre transformações ocorridas na organização da vida, do trabalho e da propriedade de pequenos agricultores na região sudoeste serrana do Espírito Santo, grande produtora de alimentos deste estado, em virtude da disseminação do cultivo de eucalipto entre os mesmos, bem como sobre os conflitos provocados pela introdução deste sistema produtivo. Para tanto, propomos uma discussão a partir da análise de dados etnográficos que nos permitem acessar as impressões dos agricultores sobre tais questões. Esses dados foram apreendidos através de um trabalho de campo, fundamentado na observação*

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ e Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

---

*participante e em entrevistas com agricultores que se integraram à indústria e aqueles que resistiram ao processo, entre agosto e outubro de 2011, no Município de Domingos Martins, que contém o segundo maior número de contratos desse tipo no estado.*

**Palavras-chave:** *Integração; pequenos agricultores; indústria.*

**Abstract:**

*Fibria Celulose S/A (a multinational corporation resulting from the junction between Aracruz Celulose S/A and Votorantim CP), has been integrating small farmers to its industry through a program now known as "Produtor Florestal". After signing a contract with the company, these farmers cultivate eucalyptus that will be used in the production of cellulose. The purpose of this communication is to address a reflection on the changes caused by the spread of eucalyptus and the conflicts arouse since than in the life, work and ownership organization of small farmers from a large food producer region in southwest high lands of Espírito Santo state. Therefore, we propose a discussion based on the analysis of ethnographic information, which allow us to access the impressions of small farmers about these issues. The information was seized through field-work- such as participant observation and interviews- with small farmers from this region who integrated this industry and also those who resisted it. The field work took place by the months of August to October 2011 in the town Domingos Martins-ES.*

**Keywords:** *Integration; small farmers; industry.*

## I. Introdução

É sabido que uma grande indústria causa os mais diversos efeitos na região em que é instalada. A avaliação e a importância dada a estes efeitos variam de setor para setor da sociedade, bem como em função do segmento da indústria implantada. Movimentos sociais, por exemplo, tendem a destacar os efeitos negativos e denunciar os impactos das atividades industriais, principalmente quando estas indústrias dependem

---

diretamente de recursos naturais, a exemplo de petrolíferas ou do próprio segmento de papel e celulose, cuja dependência de recursos hídricos é enorme. Setores governamentais, como prefeituras e empresários, comumente apontam em seus discursos a instalação de uma indústria como um polo irradiador de desenvolvimento, gerador de empregos e divisas.

Entretanto, dificilmente há uma unanimidade nessas avaliações. Deste modo, há sempre segmentos, como o empresarial e/ou industrial, que destacarão somente os efeitos positivos desta situação, já que defendem que a introdução de certas indústrias é capaz de dinamizar diversas áreas, movimentando setores como o imobiliário, o do comércio, o do mercado de trabalho. E há segmentos, como movimentos sociais, ONGs etc., que se preocuparão com os efeitos adversos derivados da instalação de certas indústrias, a exemplo da poluição do ar e das águas, da expropriação da terra de populações do entorno da mesma etc.

Geralmente, as indústrias são instaladas nas proximidades das áreas urbanas, por isso, seus impactos são mais evidentes nas cidades. Mas, quando uma indústria torna-se capaz de produzir impactos na organização da vida, do espaço e do trabalho no campo? É esta questão que conduz a reflexão presente neste trabalho. Para discuti-la estabeleceremos uma análise sobre os efeitos causados pela aproximação entre uma grande empresa produtora de papel e celulose – a Fibria Celulose S/A (resultante da fusão entre a Aracruz Celulose S/A e a Votorantim C.P.) – e pequenos agricultores, ocasionada pela implantação de um programa de produção integrada de eucalipto, chamado também de fomento florestal.

A integração entre agricultores e indústria, produção integrada ou integração agroindustrial é um sistema baseado em um contrato em que os primeiros se comprometem em produzir determinada quantia de matéria-prima que será adquirida e beneficiada por uma indústria. No Brasil este sistema é utilizado por grandes indústrias, sobretudo a partir dos anos 1960, e está presente em diversos ramos, como produção de suínos e aves, tabaco, flores etc., principalmente no sul do país. No entanto, a implementação deste modelo no cultivo de eucalipto para fins industri-

---

ais é mais recente, datada da década de 1980 e intensificada em meados de 1990.

Ao pensarmos nos efeitos produzidos pela produção integrada de eucalipto, devemos considerar que, diferentemente de outros sistemas de integração entre agricultores e indústria, como, por exemplo, a produção de suínos e aves, a eucaliptocultura tem algumas particularidades. O cultivo de eucalipto é uma atividade de longo prazo. No Brasil – considerado um dos locais em que a cultura se desenvolve de forma mais rápida – a colheita e a entrega do produto à indústria são feitas, aproximadamente, de cinco a sete anos após a plantação. A atividade exige uma área praticamente exclusiva para a realização do plantio, já que plantios consorciados com outras espécies só ocorrem em seu início, dada a sombra feita pelas árvores que crescem rapidamente. Isto, praticamente inviabiliza a produção de outros cultivos no mesmo espaço. Além disso, após a colheita da madeira, os tocos das árvores permanecem na área, o que dificulta a utilização do terreno para outra atividade. Por isso, muitos agricultores esperam a rebrota do plantio e tendem a continuar na atividade, seja renovando o contrato de integração, seja de forma independente.

Para fundamentar esta reflexão, realizamos um trabalho de campo no Município de Domingos Martins, que se localiza na macrorregião de planejamento metropolitana do Espírito Santo e, no que se refere à área de gestão administrativa, é classificado como pertencente à microrregião sudoeste serrana. O referido trabalho de campo foi efetuado entre os meses de agosto e outubro de 2011 e contou, basicamente, com observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas a: a) pequenos agricultores que se integraram à indústria; b) aqueles que resistiram ao processo; e c) integrantes de movimentos sociais que atuam no campo do referido município<sup>2</sup>.

A escolha deste município como *locus* do trabalho empírico foi motivada, dentre outros fatores, pelo fato de o município 1) possuir o segundo maior número de contratos de fomento florestal da Fibria Celulose S/A, ficando, neste quesito, apenas atrás do Município de Aracruz, onde se

---

<sup>2</sup>Para manter a privacidade dos entrevistados, optamos por utilizar apenas as iniciais de seus nomes.

localiza uma das plantas industriais da empresa e onde situava-se a sede da antiga Aracruz Celulose S/A; 2) diferentemente de Aracruz – em que a produção agrícola fundamenta-se em atividades como a produção de cana-de-açúcar, criação de gado e, principalmente, o cultivo de eucalipto – consistir em um dos maiores produtores de frutas, legumes e hortaliças do estado e 3) ter a agricultura como seu principal pilar econômico.

A sede de Domingos Martins está situada a 542 metros de altitude e a 43 km de Vitória, capital do estado (IJSN, 2009). O município possui uma área de 1.225 km<sup>2</sup>, sendo que, aproximadamente, 26.346 hectares consistem em florestas, remanescentes da Mata Atlântica. Ademais, Domingos Martins é o 7º município em extensão do Espírito Santo. O município é rico em fauna e flora, e possui abundância de recursos hídricos que são oriundos da bacia do rio Jucu e seus afluentes, de onde derivam inúmeras cachoeiras; por isso, a região se destaca pela paisagem (ALBERGARIA e LORETO, 2010). Domingos Martins tem uma população de 31.824 habitantes; destes, aproximadamente 81% vivem no campo (IJSN, 2009) <sup>3</sup>.

O município possui um relevo acidentado e montanhoso, característico da região serrana do estado<sup>4</sup>. Segundo Nóbrega *et al* (2008) *apud* Terra *et al.* (2010, p. 9), o relevo de Domingos Martins tem a seguinte distribuição aproximada: “10% da área está abaixo de 500 m, 35% de 500 a 800 m, 30% de 800 a 1.000 m e 25% acima de 1.000 m, assim sendo 90% das suas terras estão em altitudes superiores a 500 m. Em razão disso, apresenta um clima tropical de altitude, com temperaturas amenas durante o ano”. Estas condições geográficas atraem uma grande quantidade de turistas, que no inverno buscam Domingos Martins, dotado de inúmeras chácaras, pousadas, sítios e hotéis, para a prática do turismo rural<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup><http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>

<sup>4</sup> Região do Espírito Santo formada por terras altas, montanhosas e "frias", localizadas ao sul do Rio Doce.

<sup>5</sup> Ao falarmos em turismo rural, a partir de um entendimento mais abrangente, nos reportamos (...) ao conjunto de modalidades e empreendimentos que tem lugar no espaço rural, tais como o agroturismo, o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo esportivo, o turismo ecológico, os hotéis fazenda etc. Neste sentido, estamos nos

---

Em relação à distribuição da população ocupada, em Domingos Martins, conforme informações do IJSN (2009), mais de 70% das atividades são realizadas no campo. O município possui 4.753 propriedades agrícolas. Aproximadamente 90% destas propriedades são de pequeno porte, com predomínio da agricultura familiar. Em relação à concentração de terras, seu coeficiente de Gini destaca-se entre os menores do estado, girando em torno de 0,448 a 0,547. As culturas de maior evidência no município são o café, a banana, o morango e as olerícolas. Na produção animal, destacam-se granjas avícolas de médio e de pequeno porte. Apesar de ser um importante polo produtor de alimentos, responsável, juntamente com outros municípios da região sudoeste serrana, por abastecer a Grande Vitória, e de se destacar na promoção de atividades econômicas ligadas ao turismo, atualmente Domingos Martins possui o segundo maior número de contratos de fomento florestal da Fibria Celulose S.A no Espírito Santo (202 contratos), ficando, neste sentido, apenas atrás do Município de Aracruz, que possui 246 contratos<sup>67</sup> (TERRA *et al.* 2010).

Diante da expansão desta modalidade de integração produtiva no campo no Espírito Santo, capaz de estreitar a relação entre dois grupos de atores com forças aparentemente desproporcionais, quais sejam, grande indústria e pequenos agricultores, nas páginas seguintes analisaremos como as ações de uma grande indústria multinacional, a Fibria Celulose S/A, através do incentivo à produção integrada de eucalipto, refletem no campo. Para tanto, nossa proposta é estabelecer uma reflexão que con-

---

referindo a “(...) formas de organização econômica e produtiva que prestam serviços e/ou atividades de acolhimento, transporte, hospedagem, alimentação, lazer, recreação e entretenimento e outros (...)”, em áreas ou estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

<sup>6</sup> Município onde se localiza uma das plantas industriais da empresa e onde situava-se a sede da antiga Aracruz Celulose S/A.

<sup>7</sup> Cerqueira (1993) destaca que a forma de organização da pequena propriedade familiar apresenta vantagens para a agroindústria integradora, na medida em que, ao ingressar neste sistema, todos os integrantes do grupo familiar envolvem-se na produção que, em função disso, ocorre de maneira mais eficiente. Neste sentido, inferimos que esta possa ser uma das explicações do esforço da Fibria Celulose S/A em garantir esta expressiva quantidade de contratos na região de Domingos Martins, caracterizada pela importância da agricultura familiar.

---

sidere o ponto de vista dos agricultores, que são aqueles que experimentam, cotidianamente, os impactos da expansão desta indústria nas regiões em que vivem e trabalham.

Dito isso, este artigo está dividido em cinco seções. A primeira consiste na presente introdução. Na segunda, abordaremos algumas características relacionadas à distribuição da terra no campo capixaba e, posteriormente, levantaremos alguns fatores que culminaram na ascensão dos grandes projetos industriais no Espírito Santo, nos anos 1970, dentre os quais a Aracruz Celulose S/A. Na terceira seção explicaremos em que consiste o sistema de produção integrada ou integração industrial e analisaremos como se estrutura o programa de fomento florestal introduzido no Espírito Santo pela Aracruz Celulose S/A, mantido atualmente pela Fibria Celulose S/A. Na quarta seção debateremos, por meio das observações de Pierre Bourdieu, a noção de região, amplamente utilizada pelos entrevistados para caracterizar o local em que vivem e trabalham, e, posteriormente, discutiremos, a partir do ponto de vista dos agricultores entrevistados, os efeitos decorrentes da propagação do plantio de eucalipto através da integração entre indústria e agricultores, na referida região.

## **2. O Estado do Espírito Santo, os grandes projetos industriais e a implantação da Aracruz Celulose S/A**

O Espírito Santo, um dos estados da região sudeste do Brasil, ocupa uma área de 46.077,519 km<sup>2</sup> e conta com 78 municípios. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, analisados e divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves em outubro de 2009, por volta de 94% dos estabelecimentos rurais do estado têm menos de 100 hectares. Nestes estabelecimentos a mão de obra familiar é predominante. Quando o assunto refere-se à quantidade de terra ocupada pelas pequenas propriedades, os dados censitários revelam que as mesmas estendem-se por apenas 46,8% da área rural. Os estabelecimentos classificados pelo ISJN como médios (que possuem de 100 a menos de 1.000 ha) correspondem a 5,1% do número total de estabelecimentos presentes no campo capixaba

e ocupam 35,33% da área rural do estado. Os grandes estabelecimentos (acima de 1.000 ha) respondem por somente 0,2% do número de estabelecimentos rurais do estado e ocupam uma porcentagem considerável de 17,95% da área rural do estado. Ou seja, ainda que as pequenas propriedades representem maior número, poucos proprietários (médios e grandes juntos) detêm a maioria das terras no Estado.

Bergamim e Campos Jr (2005), ao analisarem informações do INCRA a respeito da propriedade da terra no Espírito Santo entre os anos de 1960 e 1995, asseveram que ao mesmo tempo em que verificamos um grande contingente de pequenas propriedades no Espírito Santo, observamos neste período uma tendência progressiva de concentração fundiária. Complementando esta observação, Fassarela e Rego (2011), ao realizarem um estudo a respeito da evolução da estrutura fundiária do Espírito Santo até um período mais recente, mais precisamente, entre 1970 e 2006, afirmam que o Índice de Gini do estado passou de 0,60 no ano de 1970 para 0,73 em 2006. Desta maneira, segundo os autores, “*no Censo Agropecuário do IBGE de 2006, o Espírito Santo passou a ser o quinto estado com a melhor distribuição de terras, enquanto no Censo Agropecuário de 1970 ele ocupava o primeiro posto*” (FASSARELA e REGO, 2011, p.80).

Para os quatro autores, a crescente concentração da terra que vem sendo experimentada pelo estado teve início no final de 1960 e no começo de 1970, com a implantação do programa de erradicação dos cafezais nos anos 1960, responsável por eliminar áreas destinadas ao cultivo de café e incentivar a sua substituição por atividades como o monocultivo de eucalipto, a introdução da pecuária e o cultivo cana-de-açúcar, que privilegiavam as grandes propriedades<sup>8</sup>. Os maiores índices de Gini do estado

---

<sup>8</sup>O Programa de Erradicação dos Cafezais promovido pelo governo federal, através do Instituto Brasileiro do Café – IBC, tinha a função de eliminar cafezais considerados improdutivos de modo a atenuar a crise de superprodução na cafeicultura que levou à queda do preço do produto no mercado internacional. Este programa, que atingiu todas as regiões produtoras de café do país, foi implementado em duas fases. Na primeira, ocorrida entre junho de 1962 e julho de 1966, foram erradicados 723,5 milhões de pés de café. A segunda, que ocorreu entre agosto de 1962 e maio de 1967, eliminou 656 milhões de pés de café no Brasil (LOUREIRO, 2006).

---

estão concentrados no extremo norte e no litoral norte. Nessas regiões encontram-se as maiores extensões de terra ocupadas pelos plantios de eucalipto, destinados ao suprimento da até então maior empresa produtora de celulose branqueada de fibra curta do mundo, a Aracruz Celulose S/A. Esta empresa funcionou de forma independente até o final de 2009, quando foi fundida com a Votorantim Celulose e Papel (BERGAMIM e CAMPOS JR, 2005; ANDRADE e DIAS, 2003).

Se analisarmos o desenvolvimento da economia capixaba constataremos que a mesma se baseou, por um longo período, na reprodução de pequenos capitais, tanto nas atividades agrícolas, quanto nas industriais e de serviços, com destaque para o cultivo de café, produzido com mão de obra familiar e contratos de parcerias, principalmente no sul e na região centro-serrana do estado (DALCOMUNI, 1990). Assim, segundo Siqueira (2004), ainda que geograficamente integrado ao sudeste do Brasil, até a primeira metade do século XX o Espírito Santo atravessava uma situação de isolamento em relação aos demais estados desta região. Sua infraestrutura era precária e seu índice de crescimento, quando comparado a outras regiões brasileiras, era irrisório. Por conseguinte, seu grau de industrialização era diminuto.

A cafeicultura se conformava como principal atividade econômica do Espírito Santo até os anos 1960, momento em que a mesma enfrentou uma crise nacional que repercutiu no estado, resultando na desestabilização de sua economia (DALCOMUNI, 1990). Esta situação de disparidade em relação a outras regiões brasileiras, principalmente do ponto de vista econômico e de infraestrutura, só começou a ser alterada a partir da derrocada da atividade cafeeira que, por sua vez, trouxe novas perspectivas ao cenário econômico estadual. Estas perspectivas apontavam para a necessidade da substituição da base produtiva primário-exportadora fundamentada, basicamente, no café por outra, de caráter urbano-industrial. Assim, a industrialização foi tomada como a saída mais plausível para a reestruturação econômica estadual. Esta deveria ser acompanhada da tecnificação e diversificação da agricultura, que até aquele momento dependia de um único produto, o café (SIQUEIRA, 2004; LOUREIRO, 2006).

---

Foi neste contexto, mais especificamente a partir dos anos 1970, auge da ditadura militar, que foram criados no Espírito Santo complexos industriais voltados para o mercado externo, conhecidos na época como Grandes Projetos Industriais, através da concessão de incentivos fiscais tanto do governo estadual quanto do governo federal. No âmbito destes projetos foram introduzidas no estado a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Samarco Mineração e a Aracruz Celulose S/A, criada em 1972 (AMBRÓZIO, 2005). Todavia, pouco antes da criação da Aracruz Celulose S/A, já em 1967, iniciou-se no estado o plantio de eucaliptos destinado ao suprimento do que viria a ser o setor de celulose e papel.<sup>9</sup> No ano de 1978, em Barra do Riacho, distrito pertencente ao Município de Aracruz, localizado na região norte do estado, foi inaugurada a primeira fábrica da Aracruz Celulose S/A, conhecida como “A” (ANDRADE e DIAS, 2003). Em 1991 foi criada a Fábrica “B” e em 2002 a Fábrica “C”, localizadas também em Barra do Riacho (DE’NADAI *et al*, 2005).

Conforme Acelrad (2007), em geral, a escala de produção das fábricas de celulose é alta, por isso as empresas deste segmento procuram integrar as diversas etapas produtivas. Isto coloca a necessidade de uma atuação que compreenda desde a exploração florestal até a comercialização dos produtos. Deste modo, para garantir matéria-prima para o trabalho de suas fábricas, na mesma intensidade em que aumentou sua planta industrial, a Aracruz Celulose S/A expandiu o cultivo de eucalipto. Todavia, esta expansão não foi suficiente. Assim, além de manter no Espírito Santo e em outras regiões do país plantações de eucalipto em grande escala, de modo a garantir e complementar a disponibilidade de matéria-prima para suas atividades, esta empresa investiu também na criação de estratégias alternativas de expansão do monocultivo de eucalipto. Uma destas estratégias é a integração de agricultores à sua planta industrial, mediante um programa de fomento florestal, atualmente conhecido como “Produtor Florestal” (ANDRADE e DIAS, 2003).

---

<sup>9</sup> Para Acelrad (2007), a expansão do cultivo de eucalipto, desencadeada nos anos 1960, está diretamente relacionada com a exportação, fundada na assimetria Norte-Sul, já que consumo de papel e celulose em regiões como a Europa, Estados Unidos e Japão impulsionou o plantio de milhões de hectares da espécie nos países do hemisfério Sul, com destaque para o eucalipto no Brasil.

---

Cabe ressaltar que no final do ano de 2009 a Aracruz Celulose S/A – que na época possuía aproximadamente 154.000 hectares de terras no Espírito Santo e, sozinha, já era a maior produtora mundial de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, abastecendo 24% do mercado desse produto – teve suas ações incorporadas a Votorantim Celulose e Papel, dando origem a uma nova empresa denominada Fibria Celulose S/A. Assim, a planta industrial localizada em Aracruz tornou-se uma das unidades desta empresa. Apesar desta junção, em virtude da marca ser reconhecida internacionalmente, o nome Aracruz foi mantido pela Fibria Celulose S/A na unidade de Barra do Riacho, que passou a se chamar Fibria Aracruz. A Fibria Celulose S/A tem, atualmente, participação de 30,42% do BNDES Participações S.A (BNDESPar)<sup>10</sup>, 29,34% do Grupo Votorantim e 40,1% das ações no mercado. Além disso, possui 50% de participação na Veracel (*joint-venture* com a Stora Enso), na Bahia, e 50% do Conpacel, Consórcio Paulista de Papel e Celulose (em associação com a Suzano), em São Paulo.

### **3. A integração produtiva na produção de eucalipto: o caso do programa Produtor Florestal no Espírito Santo**

Somente em casos muito específicos, uma indústria é capaz de produzir toda matéria-prima agropecuária de que necessita. Geralmente, o processo industrial opera em escalas muito superiores à produção de matéria-prima disponibilizada exclusivamente pela indústria responsável por beneficiar o produto. Neste sentido, muitas indústrias adotam as mais diversas estratégias para garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento. Uma destas estratégias é a produção integrada ou integração agroindustrial (FARINA, 1997). A produção integrada ou integração agroindustrial trata-se

---

<sup>10</sup> BNDES Participações S.A. (BNDESPar) é uma sociedade por ações, constituída como Subsidiária Integral da Empresa Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criada para administrar as participações em empresas detidas pelo banco. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/Legislacao/estatuto\\_bndespar.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Legislacao/estatuto_bndespar.html). Acesso em agosto de 2010.

---

de um sistema baseado em um arranjo contratual entre uma indústria, cooperativa etc. (chamada de integradora) e o agricultor. Este assume o compromisso de produzir matéria-prima para aquela. Por meio de modelos de integração, uma indústria pode assegurar uma fonte de matéria-prima de boa qualidade e padronizada, provocando certas barreiras de custo absoluto à empresa concorrente que ingresse no mercado (ZIEBERT e SHIKIDA, 2004).

Payés (1993) acrescenta que há uma variedade de sistemas de integração que, por sua vez, se organizam das mais diversas formas. No entanto, de modo geral, este termo refere-se à exclusividade da garantia de compra da produção de determinados agricultores por uma indústria. Às vezes, este compromisso de compra e venda é estabelecido por meio de contratos, outras vezes, não. Na maioria dos casos as indústrias interessadas na matéria-prima interferem diretamente na produção dos agricultores, através do fornecimento de insumos, equipamentos e assistência técnica.

Segundo Pônzio (2007) *apud* Gomes e Gomes (2008), no Brasil as integrações agroindustriais mais antigas e conhecidas são as de aves, suínos, sementes, hortaliças, tabaco, seda e flores, localizadas principalmente nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, desenvolvidas intensamente a partir dos anos 1960. Entretanto, em um período mais recente, indústrias que dependem da matéria-prima oriunda da silvicultura, como as de siderurgia e, em especial, as produtoras de papel e celulose, passaram também a fazer uso desse sistema, como uma das estratégias possíveis para garantir um incremento na disponibilidade de matéria-prima para suas atividades. Este é o caso da Aracruz Celulose S/A, que criou, em meados dos anos 1990, um programa de fomento florestal privado, atualmente administrado pela Fibria Celulose S/A e conhecido como “Produtor Florestal”, conforme mencionamos anteriormente.

O fomento florestal privado é um modelo de integração produtiva estabelecido por contrato de parceria entre empresas e agricultores, assim como ocorre em outras modalidades de integração (SOARES *et al.* 2010). De acordo com o relatório da FAO (2004), a integração no setor de papel e celulose, cujo intuito é o de garantir o abastecimento de insumo no longo prazo, começou a ser adotado pelas empresas dependentes de ma-

---

téria-prima produzida pela silvicultura a partir da década de 1980. Este momento coincide com o processo de encerramento da política de incentivos fiscais do governo brasileiro para a silvicultura, que ocorreu na prática em 1986 e oficialmente em 1988, em virtude, dentre outros fatores, da grave recessão econômica que assolou o país nos anos 1980 (GONÇALVES, 2006; FAO, 2004)<sup>11</sup>.

Entretanto, foi apenas a partir da década de 1990 que a integração entre agricultores e indústrias via fomento florestal se firmou como uma opção atraente para as indústrias dependentes de matéria-prima da silvicultura, como as fabricantes de papel celulose e siderúrgicas. Neste momento, estas indústrias se conscientizaram de que o governo federal não retomaria a política de incentivos fiscais para o setor (FAO, 2004; GONÇALVES, 2006). Ascerald (2007) acrescenta que, além do fim dos incentivos fiscais, somam-se a esta situação mais dois aspectos. O primeiro é o fato de que em 1990 o mercado mundial de celulose atravessou uma queda nos preços de seus produtos, acirrando a concorrência por mercados. O segundo é a ascensão, neste mesmo período, de manifestações oriundas da sociedade civil contra a expansão do monocultivo de eucalipto e seus impactos negativos causados em diferentes locais do país.

No Espírito Santo, o fomento florestal foi introduzido pela Aracruz Celulose S/A exatamente nos anos 1990, momento em que, além dos acontecimentos descritos acima, a empresa encontrava-se proibida por lei de adquirir terras no estado para ampliar a sua produção, diante de sua enorme expansão nos anos anteriores (ANTOGIOVANNI, 2006). Inicialmente este programa de produção integrada era chamado apenas de Fomento Florestal, mas, em uma estratégia de marketing utilizada pela empresa, a partir de 2004 o mesmo passou a ser chamado de “Programa Produtor Florestal”. Este foi mantido pela Fibria Celulose S/A, que, ao se constituir, promoveu a revisão e a unificação dos programas no Espí-

---

<sup>11</sup> Segundo Gonçalves (2006), até o início dos anos 1980, a silvicultura destinada ao setor produtor de papel e celulose manteve-se tutelada pelo governo federal, por meio dos referidos incentivos fiscais. Todavia, a recessão econômica experimentada pelo país nos anos 1980 implicou severas restrições a estes incentivos e, em seguida, sua extinção, fazendo com que a indústria buscasse novas estratégias para se manter, em que se destaca uma reestruturação na sua lógica produtiva.

---

rito Santo e na Bahia e retomou a contratação de aproximadamente 10 mil hectares de plantios com agricultores. Dito isso, em um folheto de divulgação do programa “Fomento Florestal” publicado em dezembro de 2007, a então Aracruz Celulose S/A afirma que o Programa Produtor Florestal:

(...) Consiste em uma parceria formada entre empresa e o produtor rural, sustentada por um contrato de compra e venda de madeira, no qual a empresa se compromete a comprar a produção do primeiro ciclo de 6 anos da cultura [de eucalipto], e o produtor a vendê-la (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2007).

O então coordenador do Programa Produtor Florestal da Fibria Celulose S/A no Espírito Santo, em artigo publicado na revista *“Opiniões sobre o setor de florestas plantadas”* de agosto de 2006, afirma que a área mínima que o produtor deve possuir para integrar-se à indústria de papel e celulose, através da produção de eucalipto, é de dois hectares (arrendatários também podem ingressar no programa). Em uma revista intitulada *“Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose”*, publicada em agosto do ano de 2003 pela empresa, há uma explicação de como funciona o fomento florestal:

Por contrato, o Fomento Florestal garante a compra de toda a madeira produzida, se compromete a fornecer recursos operacionais (mudas, adubo, isca, calcário, formicida) e assistência técnica, além de recursos financeiros destinados a custear a implantação e manutenção dos plantios. Os recursos financeiros são convertidos em metros de madeira (equivalência ao produto), que serão ressarcidos pelo produtor por ocasião do corte e venda da madeira à empresa. Dessa forma, o débito do participante com a empresa é em madeira, e não em dinheiro. O recurso adiantado pela Aracruz Celulose corresponde a, aproximadamente, 20% da produção total prevista. Os recursos operacionais e a assistência técnica são bonificados ao produtor quando cumprido o contrato (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003, p. 3).

---

Ainda segundo informações apresentadas na revista de 2003, a empresa libera também recursos financeiros, caso seja necessário e solicitado pelo produtor integrado, para que sejam realizadas atividades como limpeza da área, capina pré-plantio, combate a formigas, construção de estrada, entre outras. Segundo informações disponibilizadas pelo *folder* do programa, o recurso fornecido pela empresa ao produtor é dividido em parcelas que são liberadas mediante a execução dos serviços de implantação do plantio (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

Desta forma, o produtor integrado é o responsável pelo plantio, manutenção, colheita e transporte da madeira até um dos depósitos do fomento, distribuídos por vários municípios do Espírito Santo, sul da Bahia e na região de Conselheiro Pena em Minas Gerais. Pode reter até 3,5% da produção para seu consumo e aproximadamente 20m<sup>3</sup> por hectare de madeira, gerados através de resíduos, pontas e galhos. A madeira produzida deve obedecer aos padrões de qualidade definidos pela empresa. Para tanto, esta possui serviços de supervisão dos plantios e assistência técnica que são realizados por sua equipe de profissionais. Esta equipe divide-se entre a silvicultura e a colheita para atender aos agricultores integrados, conhecidos no Espírito Santo como fomentados. Os técnicos são os responsáveis pela ligação entre empresa e produtores que participam do programa (ARACRUZ Celulose S/A, 2003).

Nos sistemas de integração aplicados em setores como a suinocultura, avicultura ou fumicultura, o técnico responsável por prestar assistência aos integrados, geralmente, é oriundo da região onde a atividade é realizada, tem formação de nível médio ou profissionalizante relacionada à agricultura ou agropecuária e, por ser da mesma região onde trabalha, conhece e tem a confiança dos agricultores integrados. No entanto, diferentemente destes setores e devido a peculiaridades do cultivo de eucalipto, as empresas produtoras de celulose e/ou papel, como a Fibria Celulose S/A, preconizam a contratação de técnicos com formação superior, geralmente em Engenharia Florestal ou Agronomia, sendo o curso técnico agrícola ou em agropecuária desejável. Deste modo, em virtude dessa exigência em relação à formação, os técnicos do fomento florestal, na maioria das vezes, não provêm das localidades em que trabalham.

---

Além disso, como a produção de eucalipto é uma atividade de longo prazo, realizam visitas de assistência técnica aos integrados com menos frequência do que em outros sistemas de integração. Assim, um mesmo técnico acaba sendo responsável, não apenas por um município, mas, comumente, por uma região geográfica inteira, como, por exemplo, a região serrana do Espírito Santo, da qual Domingos Martins faz parte.

O preço pago pela madeira produzida pelos produtores integrados é definido pela tabela de compra da empresa, por sua vez fundamentada nas variações do IGP-M. Para aferir a madeira a ser comprada, a empresa utiliza a medida “metro estéreo”, popularmente conhecida como “metro de lenha”, considerando, neste sentido, a altura, a largura e o comprimento da maneira empilhada, incluindo o espaço entre as toras (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003). O agricultor que deseja se integrar à indústria de papel e celulose deve entrar em contato com um dos técnicos da indústria responsáveis pelo fomento florestal. A partir deste contato, um técnico visitará a propriedade e fará uma análise prévia sobre a viabilidade do plantio. Se a indústria considerar viável o plantio de eucalipto na área, o agricultor deve assinar um termo de adesão ao programa. Para tanto, precisa fornecer ao técnico do fomento florestal alguns documentos seus, como CPF e identidade, bem como do cônjuge, cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), que é obtida no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e cópia do comprovante de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), além da escritura registrada da propriedade com certidão de ônus reais. Após a adesão do agricultor, a indústria realiza a medição e elabora o croqui de localização da área a ser plantada, documento base para a introdução dos plantios de eucalipto. Este croqui deverá ser entregue pelo produtor ao órgão público responsável pelo licenciamento do projeto. No caso do Espírito Santo, este órgão é o Instituto de Defesa Agropecuária Florestal (IDAF) (ARACRUZ CELULOSE S/A, 2003).

De acordo com as informações apresentadas no Novo PEDAG 2007-2025 elaborado por Galvêas e Dadalto (2007), o Estado do Espírito Santo controla e atua no Programa Produtor Florestal por meio de duas ações destinadas à promoção do licenciamento da atividade. A primeira é uma vistoria realizada pelos técnicos do IDAF circunscritos à área do projeto

a ser implantado. Esta vistoria ocorre quando o produtor solicita o fomento. O objetivo da vistoria é determinar se na área é possível fazer o plantio, devido principalmente às condições ambientais do local. Se a área for liberada, o contrato entre o agricultor e a empresa é firmado. A segunda ação de controle do estado é a auditoria aos projetos. Esta é realizada anualmente, por técnicos do IDAF pertencentes ao escritório central. Nessa auditoria são avaliados todos os quesitos florestais e ambientais decorrentes do plantio florestal, e, se forem constatadas irregularidades, estas são encaminhadas através de notificação à Fibria Celulose S/A que, por sua vez, deve, em prazo estipulado, informar os procedimentos adotados e suas justificativas.

O “Plano de Manejo da Unidade Aracruz: Regiões do Espírito Santo e Bahia” da Fibria publicado em 2010 nos mostra que, entre 2006 e 2010, o programa “Produtor Florestal” no Espírito Santo contava com 1.979 agricultores integrados em 70 municípios, ocupando uma área de 37.748 hectares. Estes números representam 61,6% dos agricultores integrados na produção de eucalipto e 34% da área total da produção de eucalipto integrado pela empresa no país. Percebe-se, então, a grande extensão e abrangência deste programa no Espírito Santo, já que está presente em 70 dos 78 municípios que compõem o estado, envolvendo uma ampla gama de produtores. Além disso, também é patente a estratégia de priorização da produção no estado.

#### **4. Ação da indústria de papel e celulose no campo e seus impactos: Percepções de pequenos agricultores de Domingos Martins-ES**

Nesta seção analisaremos como pequenos agricultores de Domingos Martins interpretam as mudanças produzidas na região em que vivem e trabalham, em virtude da ação da indústria de papel e celulose que ali introduziu a produção de eucalipto através do sistema de integração agroindustrial. A região é uma noção sempre presente nos relatos dos agricultores. Por vezes, ao utilizar este termo, os agricultores se referem à delimitação administrativa da qual seu município faz parte, qual seja, a região sudoeste serrana, chamada simplificada de região serra-

na. Em alguns momentos, o termo região é usado para falar do município em que residem ou, ainda, do distrito ao qual pertencem. Como podemos ver nos trechos abaixo:

(...) No caso eu vejo o agroturismo como um grande problema aqui na *nossa região* porque tá acabando com a produção (F.L.).

A *região serrana* tem muito disso, tem muitas estradas que foram abandonadas, não tem nenhuma manutenção (F.R)

(...) Aqui não teve conflito, ninguém se opôs, as famílias aceitaram normalmente. *Aqui é uma região muito pacífica*, eu acho que *a história da região* não mostra em época nenhuma que fosse uma região onde as pessoas defendessem o território (M.F).

(...) Aqui tem a beirada do rio Jucu que chama São Tibúrcio, Pedra Branca, *essa região até o Pena, isso tudo era quilombola* (E.H).

Torna-se fundamental discutir como este espaço é reconhecido e interpretado pelos agricultores para, então, compreendermos as mudanças pelas quais passou em virtude da integração industrial. Para subsidiar esta discussão, analisaremos, ainda que de forma breve, algumas das observações de Bourdieu (1989) em seu texto “*A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*”, que, ao examinar esta noção, nos fornece importantes elementos para pensarmos o espaço do qual estamos falando, frequentemente lembrado e colocado pelos agricultores como “*a nossa região*”. Esta região é entendida como um lugar de vida, trabalho e memória, constituindo-se em uma importante referência para explicar como suas vidas se organizam e para a construção de sua identidade social. Portanto, se a região é transformada, estas referências também se alteram.

Logo nas primeiras linhas de seu texto, Bourdieu (1989) coloca que a ideia de região, apesar de se referir fisicamente a um espaço determinado, consiste, em primeiro lugar, em uma representação. Deste modo, na qualidade de representação dependente, profundamente, do conheci-

---

mento e reconhecimento. Ademais, para o autor, a definição da noção de região se constitui em um campo de disputas entre cientistas dos mais diversos ramos, como sociólogos, historiadores, etnólogos, economistas e, sobretudo, geógrafos, primeiros a interessar-se pela economia regional.

Para ilustrar as disputas científicas que surgem em relação ao entendimento da noção de região, Bourdieu (1989) apresenta fragmentos de um texto de Maurice Le Lannou publicado em 1949. Neste texto Le Lannou estabelece uma crítica aos estudos a respeito da região realizados tanto pelos geógrafos quanto pelos economistas. Nesta crítica o autor explica que, apesar de pioneiros no debate a respeito desta ideia, os geógrafos em seus estudos sobre região, em geral, dão muita importância aos fenômenos físicos, como se o Estado, o movimento de capitais e as decisões dos grupos sociais não interferissem na organização do espaço. Na perspectiva do autor, esta postura compromete o estabelecimento de um olhar para além das fronteiras políticas ou administrativas, ao mesmo tempo que impede a compreensão de acontecimentos que ocasionam, por exemplo, o declínio ou a ascensão de determinada região.

Já para os economistas, segundo Maurice Le Lannou (1949) *apud* Bourdieu (1989, p. 109), “(...) a região seria tributária de outros espaços tanto no que diz respeito aos seus aprovisionamentos como no que diz respeito aos seus escoamentos”; assim “a natureza dos fluxos e a importância quantitativa destes, por acentuarem a interdependência das regiões, seriam um aspecto a privilegiar” e o custo seria o instrumento de análise utilizado. Em suma, para Maurice Le Lannou, enquanto o geógrafo se prende, demasiadamente, ao que pode ver, o economista se prende ao que não se vê. Segundo Bourdieu (1989), estas disputas entre as disciplinas pela demarcação da noção de região não são autônomas. Refletem, sobretudo, interesses de projetos de pesquisa ou interesses políticos relacionados ao ordenamento territorial.

Certamente, na atualidade, existem geógrafos extremamente preocupados em desenvolver análises para além da região entendida apenas como espaço físico, o que podemos ver nos inúmeros debates situados no campo da geografia agrária, para mencionarmos uma área que nos é mais próxima, bem como economistas que se dedicam ao estudo de relações que extrapolam a ideia de fluxos e custos. Todavia, ao apresentar

---

as afirmações de Maurice Le Lannou, em relação ao modo como geógrafos e economistas concebem a região, Bourdieu (1989) nos chama a atenção para a necessidade de, ao pensarmos esta noção, considerarmos não apenas um ou outro polo, mas os dois. Ou seja, por um lado, o papel daquilo que se vê, como, por exemplo, a modificação de um dado espaço em virtude da ação visível de uma indústria. E, por outro lado, o papel daquilo que não se vê, a exemplo dos incentivos do Estado para que determinados grupos, como agricultores, assumam determinadas formas produtivas, seja a partir da concessão de crédito, seja a partir da modalidade de assistência técnica oferecida, ou ainda em virtude de acordos com indústrias, como a fabricante de papel e celulose.

Dito isso, Bourdieu (1989) assevera que, ao estudar determinada região, o cientista social precisa considerar em sua análise a relação entre a lógica da ciência e a lógica da prática. Isto significa dizer que o pesquisador deve perceber que nem sempre a noção de região definida pela ciência corresponde ao que, na prática, as pessoas que vivem naquele espaço concebem como região. Essas classificações práticas não são realizadas por acaso, mas são subordinadas a funções práticas de uma realidade objetiva. Neste sentido, derivam de percepções, conhecimento e reconhecimento daqueles que vivem este e neste espaço. Portanto, entendemos que é preciso considerar a região como uma realidade social, que ganha sentido pelas interpretações daqueles que dela fazem parte. Conforme Bourdieu (1989, p. 118), *“o mundo social é também representação e vontade”*.

Assim sendo, segundo Bourdieu (1989, p. 115) *“(...) a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações (...)”*. Desta forma, a região não é algo natural. Trata-se de uma construção simbólica, oriunda da disputa conflituosa entre diferentes saberes presentes na sociedade. Configura-se em algo socialmente criado e culturalmente significado, portanto, com implicações sociais, econômicas e políticas. Até mesmo características físicas, como os solos e as paisagens, são produtos também históricos, fruto de determinações sociais. Neste sentido, uma região pode se transformar e se constituir devido a uma diversidade de ações históricas, políticas e econômicas, como, por

---

exemplo, em virtude da chegada de uma indústria, para citar o caso que estamos analisando.

#### 4.1 O que mudou em Domingos Martins com a chegada do eucalipto? Com a palavra, os agricultores

Ao tomarmos um ônibus da região sul do Espírito Santo até a região sudoeste serrana (caminho que fizemos algumas vezes, durante a realização do trabalho de campo em Domingos Martins-ES) observamos como a paisagem muda. Se no início da viagem nos deparamos com grandes clareiros em distritos basicamente rurais, em que a extração de mármore e granito destinados à exportação consiste em uma das atividades principais, e, em alguns momentos, com extensas plantações de café, ao nos distanciarmos do sul do estado e nos aproximarmos da região sudoeste serrana, temos um cenário diferente. Região montanhosa, com vegetação extensa, de clima mais ameno. Nela observamos diversas plantações de alimentos. Hortaliças, legumes, frutas produzidos em pequenas áreas dividem espaço com a mata nativa e com o café, que ainda figura como importante atividade econômica.

Contudo, outro elemento também é encontrado ali: o eucalipto. A planta está em todo lugar. Do ônibus observamos em alguns trechos quilômetros compostos por uma paisagem homogênea, em outros, ela disputa espaços com outras culturas ou faz divisa com a mata nativa. Mas, quem nasceu, cresceu, vive e trabalha naquela região afirma que nem sempre foi assim. Antes dos anos 1990 havia uma planta ou outra de eucalipto cultivada pelos agricultores para o uso em suas propriedades. É preciso madeira para fazer cerca, construir um curral, garantir lenha. E é sabido que essa madeira não pode ser retirada das matas, como afirma um pequeno agricultor da região: *“Agora nós plantamos um pouquinho [de eucalipto] para o gasto. Hoje em árvore nativa não pode mexer, então a gente sempre planta um pouquinho pra deixar lá e quando a gente precisar tem pra cortar sem prejudicar o meio ambiente”* (H.S). Assim, muitos dos pequenos agricultores em seus discursos dizem que

---

para eles “*o eucalipto não é bom ou mau, isso depende de como a gente planta*”(H.S.).

A expansão do cultivo de eucalipto começou com a “descoberta” daquela região por uma grande multinacional produtora de papel e celulose, a Aracruz Celulose S/A. A área foi vista então, assim como outros municípios do estado, não como local ideal para a compra de terras por parte da indústria para realizar plantações próprias, mas com uma oportunidade de aproximação da indústria aos pequenos agricultores. Acostumados a lidar com a terra, estes poderiam ser um braço produtivo para o setor de papel e celulose, através da integração produtiva, via fomento florestal. Assim, não é por acaso que Domingos Martins detém o segundo maior número de contratos de integração entre agricultores e a Fibria Celulose S/A. Lá as propriedades são pequenas e a agricultura praticada é tipicamente familiar, ou seja, havia mão de obra disponível que poderia ser deslocada para a produção de eucalipto.

Os agricultores em seus relatos não sabem precisar de forma exata quando a produção integrada de eucalipto chegou a Domingos Martins, mas, sempre que indagados a este respeito, falam em aproximadamente 20 a 25 anos de existência do programa: “*tem uns 20 anos [a produção integrada de eucalipto]. O meu vizinho plantou e depois o pessoal foi plantando por aí afora e virou um enxame de eucalipto* (H.S).” Ao explicar como a proposta de integração entre agricultores e indústria de papel e celulose, por meio da produção de eucalipto, chegou à região, o agricultor C.E. fala em “perturbação” ao mesmo tempo que demonstra uma preocupação com os impactos que acredita serem causados pela atividade, que, segundo ele, já podem ser observados:

(...) Tem muitos anos que eles estão perturbando com isso [o fomento florestal]. Cada vez vai ficar pior. Por exemplo, 30 metros retirados de córrego, eu nem sei quanto dá isso, eu acho que se fosse menos seria melhor, mas eu não quero que acabe com as águas, você vê aí um córrego morrendo com o pessoal derrubando e plantando eucalipto em cima (C.S.).

---

Já R.B., um produtor de café que decidiu se integrar à indústria de papel e celulose ao se aposentar, explica como e quando o fomento florestal chegou a Domingos Martins e relata os conflitos e a desconfiança dos agricultores em relação ao programa:

Deve ter mais ou menos uns 25 anos. Na época que o fomento florestal chegou aqui, o técnico me disse que só faltou jogarem pedra nele, porque era um negócio muito negativo, todas as igrejas deram muito em cima deles dizendo que o eucalipto ia estragar a terra, mas teve muita gente beneficiada. Tem um senhor aqui em Tijuco Preto que vive só disso e agora está bem de vida (R.B.).

Ao mesmo tempo que assevera que algumas pessoas foram beneficiadas pela integração produtiva via fomento florestal em Domingos Martins, E.R. explicita em sua fala um dos impactos que acredita que foi causado pelo programa:

O rapaz [técnico da empresa] saiu andando pela região, e até aquele momento todos os produtores plantavam, colhiam e vendiam muito bem porque todo mundo colhia muito. Até o fomento sair a comercialização era boa, porque se você plantasse feijão você vendia, se você fizesse farinha você vendia. Hoje se você colocar a farinha no saco e vender, você não vende porque vem tudo lá de fora, industrializado e empacotado, eles querem aquela. O da gente aqui eles não querem. Isso aconteceu depois dessa plantação de eucalipto, todo mundo inventou de plantar eucalipto porque tinha aquela promessa de dar dinheiro pra plantar e tudo, aí as pessoas deixaram de plantar as produções de alimentação. Aí começou a faltar lá na cidade, porque os que estavam plantando não dava para sustentar tudo, aí tinha que vir de fora. Agora o de fora, que é de grandes produtores, aquele tem valor, e o dos pequenos produtores não tem (E.R.).

Por meio do relato acima percebemos que um dos impactos causado pela implantação da integração produtiva notados pelos agricultores da região foi a diminuição da produção de alimentos. Tal diminuição foi acompanhada pela introdução de produtos industrializados naquela localidade. Ou seja, segundo o agricultor acima, com a entrada no fomento florestal, muitos agricultores deixaram de produzir alimentos como farinha de mandioca e feijão para cultivar eucaliptos para a indústria de papel e celulose. Por conseguinte, aquele alimento que era plantado para autoconsumo e cujo excedente era comercializado passou a ser adquirido nos mercados da cidade<sup>12</sup>. Ao longo do tempo, os produtos embalados passaram a ser mais valorizados pela população local. Ainda em relação à diminuição da produção de determinados alimentos e à redução da prática de algumas atividades devido à implantação na região da integração agroindustrial no cultivo de eucalipto, assim como o E.R., o agricultor F.L. relata que:

(...) Onde plantou eucalipto acabou com o pessoal que criava gado pra leite, apesar de que o pessoal reclame que a região aqui não é uma região própria para se criar boi, produzir leite, mas nós precisamos ter isso na região porque é um fator que enriquece mais a região. No caso, diminuiu muito a questão de quem cria gado pra corte ou pra leite. A produção diminuiu também as produções de café ou de outros produtos que plantavam e agora não plantam mais (...) (F.L.) .

Pedreira (2004) observa que a expansão do cultivo de eucaliptos destinada a suprir as indústrias de papel e celulose provoca, em certa medida, uma ruptura das estruturas socioprodutivas tradicionais. Isso porque, ao difundir o fomento florestal e assim estender o raio de suas ações aos agricultores, a indústria de papel e celulose cria um campo co-

<sup>12</sup>Ao partirmos da perspectiva de Gazolla e Schneider (2007), entendemos a produção para o autoconsumo como a produção de alimentos, bens e meios de trabalho realizada por pequenos agricultores para uso e consumo próprio. Por meio desta modalidade de produção, o agricultor familiar diminuiu a dependência do ambiente social e econômico em que está inserido e, principalmente, atenua os efeitos das constantes flutuações das condições de troca no mercado.

---

berto por monoculturas. Por conseguinte, promove a diminuição ou mesmo a extinção de outras atividades produtivas até então realizadas, já que passa a determinar que outros segmentos presentes no campo, a exemplo dos pequenos agricultores de Domingos Martins, respondam também pelo suprimento de suas fábricas. Para Pedrão (2004), isso demonstra que nenhuma camada social acha-se imune à sua influência, até mesmo aquelas que outrora não se enquadravam nas atividades industriais. Assim, constata-se que o componente internacionalizado, a indústria, opera com um conjunto de vantagens que são dadas, justamente, pela presença do componente tradicional, os agricultores. Isso indica que o campo apresenta-se como um espaço de conflitos e embates entre os interesses que integram a produção internacionalizada e os interesses que correspondem à produção local, que na maioria das vezes não são coincidentes .

Como vimos anteriormente, além de cultivar o eucalipto, o agricultor, ao assinar um contrato com a indústria, assume a obrigação de colher a produção e entregá-la nos postos da mesma. Os agricultores interpretam este encargo atribuído aos integrados como uma “transferência de responsabilidades”, no caso da indústria para o agricultor. Conforme o agricultor F. L.:

O trabalho no eucalipto, inclusive hoje muita gente tá vendendo como alternativa o trabalho no eucalipto, dessa maneira, por exemplo, quem trabalha e tem o fomento florestal, a Aracruz, a Fibria, estava passando a responsabilidade de tudo para o proprietário, no caso a conta de transporte, o frete, é o proprietário que paga, o corte é o proprietário que paga (F.L.).

Na perspectiva de Diesel *et al.* (2006) é justamente esta transferência de obrigações que torna a promoção de programas deste tipo vantajosa para a indústria, já que, através fomento florestal, ela: 1) reduz o volume de investimentos imobilizados pela compra de terras, obtendo uma rentável aceleração dos ritmos de rotação de seu capital; 2) diminui as despesas associadas à fiscalização; 3) repassa o monitoramento e a proteção do plantio contra roubos e outros riscos aos pequenos e médios produto-

res: 4) isenta-se da responsabilidade trabalhista e ambiental, que passa a ser do proprietário das terras. Muls (1997) acrescenta ainda que, dentro desta estratégia, a empresa diminui, inclusive, os riscos políticos oriundos da expansão da monocultura de eucalipto.

Esta obrigação prevista no contrato de integração – em que os integrados são os responsáveis pela colheita e transporte da produção de eucalipto até os galpões da Fibria Celulose S/A – desencadeou outro efeito em Domingos Martins, comumente relatado pelos agricultores: a diminuição da mão de obra disponível para o trabalho no café e demais atividades ali desenvolvidas, bem como a elevação do preço pago pela mesma, devido a sua escassez. Neste sentido, de acordo com um dos representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) da região serrana do Espírito Santo, aqueles agricultores que, além de desenvolverem atividades agrícolas em suas propriedades, trabalhavam em outras propriedades de modo a complementar sua renda, ou aqueles que não possuíam terra e por isso precisavam vender a sua força de trabalho para agricultores locais mais capitalizados, passaram a trabalhar no plantio e na colheita do eucalipto ao invés de trabalharem, por exemplo, nas colheitas de café, atividade que mais empregava na área rural da região até então:

Aqui na região, vamos pegar mais como exemplo Domingos Martins, tá tendo uma escassez de mão de obra pelo seguinte: o eucalipto, nos últimos anos, dentro do fomento, ele gera aquela mão de obra imediata, que é o período do plantio, os primeiros tratamentos culturais. Depois fica um tempo que ele não vai gerar trabalho. Ele fica por si, vai sair e se desenvolver, então esse período ali já não gera mão de obra mais. Como no período de intensa necessidade de trabalho, aqueles do fomento pagam um preço a mais no valor da mão de obra. Aí o que acontece é que os trabalhadores se baseiam nesse preço pra quando tiver que trabalhar no café ou em qualquer outra atividade. E os outros agricultores que trabalham com café não têm condições de pagar esse preço que é calculado porque ele trabalhou um dia lá a R\$ 50 reais no eucalipto e o produtor que trabalha no café, às vezes, não tem como pagar R\$ 50 reais para

---

capinar o panhar o café. Então teve esse problema (L.L.).

Como podemos perceber também na fala de F.L., o trabalho na colheita do eucalipto passou a ser atividade muito comum na região:

(...) No caso a gente é contratado, o proprietário [da plantação de eucalipto] contrata uma empresa que tenha a firma de transporte e essa firma de transporte que contrata a gente. É terceirizado. Quando a gente trabalhava, trabalhava por produção. A gente trabalha na média de R\$8,00 por metro de madeira em cima do caminhão. É dessa maneira, e quanto mais a gente produzisse, mais a gente recebia. A média era assim, porque no eucalipto, pra você receber aqui na região não é igual àquelas regiões que tem baixada. Aqui você tem que ter trabalho braçal mesmo. É muito sofrido mesmo. Trabalhava uma turma em quatro pessoas, tinha vez que a gente arranjava cinco, seis, mas eles entram, desanimavam e saíam, era assim. Tinha dois que cortava, eu e os outros rolavam a madeira e botavam em cima do caminhão. Meu pai e o E.S. cortavam a madeira. Aí entrava eu, meu cunhado e outro irmão dele e rolavam [a madeira]. Tinha rolo de 50 metros de distância. A gente tinha que rolar a madeira de morro abaixo até chegar lá embaixo. Não importava se jogasse tudo bagunçado. Depois chegava o caminhão e nós tínhamos que colocar tudo em cima do caminhão. Aí quando batia lá no campo de concentração [depósito da indústria] lá em Araguaia, lá que fazia a medição no caminhão, e era nessa medição que o dono da madeira recebe o valor dele e depois também que fazia essa medição que vinha o pagamento (F.L.).

Ademais, o representante do MPA, em seu relato, explica que quando, não há trabalho nas plantações de eucalipto da região, situação que poderia disponibilizar mão de obra para outras atividades ali realizadas, muitos agricultores optam por viajar para municípios vizinhos em busca de emprego nesta atividade:

---

Como o eucalipto não tem essa mão de obra constante, ele acaba gerando esse descontrole. As pessoas às vezes saem daqui para outras regiões para continuar a trabalhar com eucalipto, ou dizem que nesse preço elas não vão trabalhar (L.L.).

A colheita do eucalipto é uma atividade considerada perigosa. Em Domingos Martins os riscos desta atividade se agravam devido ao relevo local, bastante inclinado, o que dificulta o procedimento. Soma-se a isso a falta de preparo dos agricultores para o trabalho nesta atividade. Apesar de enfatizarem que atualmente a indústria tem fiscalizado de forma mais intensa o corte das árvores – que, segundo os agricultores, até pouco tempo, era feito exclusivamente pelos próprios proprietários –, exigindo a contratação de empresas terceirizadas para realização do serviço, muitos agricultores são contratados temporariamente pelas inúmeras empresas de colheita que foram implantadas na região com a chegada do fomento florestal. Estes agricultores afirmam que, geralmente, adquirem a experiência de colheita no cotidiano, trabalhando:

Meu pai nem tinha experiência com motosserra. Quando a gente veio morar aqui que ele comprou uma motosserra. Ele via os outros derrubando e pensou “Ah, eu vou fazer isso também”. Ele achou que era um trabalho que dava dinheiro, que ia render muita coisa, e aí ele começou a trabalhar uns dias ali e outros aqui, aí ele pegou a prática. Foi praticando que ele aprendeu (F.L.).

Canto *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa quantitativa com a aplicação de questionários a 70 proprietários rurais fomentados, responsáveis por 90 contratos de integração, cujo objetivo foi avaliar as condições de segurança do trabalho na colheita e no transporte do eucalipto em propriedades rurais fomentadas no Estado do Espírito Santo. A área de fomento florestal dos entrevistados variava, sendo de até 30 ha em 86,7% dos contratos e com relevo montanhoso em 61,2%. Em sua pesquisa, os autores constataram que a colheita e o transporte do eucalipto dos agricultores integrados entrevistados foram terceirizados em 80% dos con-

---

tratos daqueles que possuíam até 30 ha plantados, sendo que a maioria dos prestadores de serviço terceirizados era contratada informalmente e não possuía a devida qualificação para realização do serviço. Assim, estes dados quantitativos apresentados pelos autores corroboram as informações qualitativas que verificamos nos relatos dos entrevistados.

Nas colheitas de eucalipto realizadas na região de Domingos Martins é muito comum a ocorrência de acidentes de trabalho:

O E.S. uma vez, não teve acidente de fratura exposta assim, mas ele com a machadinha cortou a mão, teve que dar ponto e ele ficou uma semana parado. De vez em quando você toma uma cacetada e fica puxando a perna por umas duas semanas, mas tem caso de gente que perdeu os movimentos da mão, cortou a mão, cortou a perna, isso de vez em quando acontece lá. Outros que trabalhavam na mesma firma que a gente trabalhava quebrou o braço, quebrou a perna também porque tinha um monte de madeira e dizem que caiu em cima dele e ficou muitos meses parado por causa disso aí (F.L.).

Canto *et al* (2007) explicam que estes acidentes acontecem devido a pouca experiência dos agricultores integrados na atividade. Além disso, conforme os autores, em plantios de eucalipto de pequena escala os riscos de acidentes tendem a ser maiores, em função, dentre outros, dos seguintes fatores: 1) falta de equipamentos; 2) utilização de equipamentos inadequados; 3) falta de mecanismos de segurança; 4) existência de trabalhadores desqualificados e inexperientes, que pouco conhecem os riscos decorrentes da atividade. Os autores acrescentam que, em virtude de muitas colheitas em áreas fomentadas ocorrem de maneira informal, os acidentes ocorridos não figuram nas estatísticas oficiais, pois, devido à condição de ilegalidade, os acidentados não são amparados pelas compensações trabalhistas, e por isso não procuram órgãos públicos para registrar o acidente ocorrido.

Segundo os relatos colhidos entre os entrevistados, alguns agricultores, ao ingressarem no fomento florestal, decidem se dedicar apenas ao cultivo de eucalipto, abandonando as outras estratégias de subsistência

que possuíam. Deste modo, deixam de produzir alimentos que antes eram utilizados para sua sobrevivência e para o comércio local, conforme discutimos anteriormente. Como vimos, durante o contrato de integração os agricultores podem solicitar adiantamentos em dinheiro à indústria. Este adiantamento é cobrado pela indústria somente ao final do contrato, sendo pago em madeira. Assim, aqueles agricultores que não conseguem produzir o esperado pela indústria acabam por contrair uma dívida. Esta situação é capaz de produzir conflitos entre agricultores e indústria. Este foi o caso do agricultor C.B., que felizmente conseguiu negociar sua dívida:

(...) O eucalipto deu prejuízo. O eucalipto que foi especulado em 1.400 metros só chegou a 700 metros. Depois quando eu vi que o prejuízo ia ser grande, eu tive que ir lá [na empresa] e discutir. Eu fui lá negociar com esse tal de X. [técnico da empresa], ele não me atendeu bem, mas aí eu dei uma prensa nele, isso foi em 2008. A gente tava plantando eucalipto, o eucalipto dando prejuízo. Eu tirei 100 metros de eucalipto e sobrou R\$ 100 pra mim. E a gente tirando o eucalipto e vendo que não ia dar, se não desse a gente tinha que pagar multa. Eu falei com meu irmão que ia dar prejuízo pra nós, aí eu fui atrás do X [técnico da empresa], mas eles não gostaram não. Eu fui negociar com o X [técnico da empresa] e ele estava na frente do computador, aí eu disse: “(...) quero falar com você porque meu eucalipto lá tá péssimo, não vai dar o que você tá querendo, de jeito nenhum. Vamos ver o que nós faz aqui.”, daí ele mexeu lá e disse: “O que está nesse computador aqui ninguém tira”. Eu disse: “(...) Mas então tá bom, se não tira, eu vou pra rua fazer um jornalzinho e colocar isso aqui no jornal”. Ele levantou, eu fui saindo e ele veio atrás de mim falando: “Peraí que nós vamos conversar” (...) Ele sentou lá e me chamou de volta. Eu voltei, conversemos lá, ele perguntou: “O que você quer?” Eu respondi: “Eles mediram o eucalipto em 1.400 metros e não vai chegar nem a 700 metros, o eucalipto não tá dando nada, o eucalipto não vai dar nem 700 metros, isso se chegar a 700 metros.” Nós estávamos devendo 110 metros a Aracruz ainda. Daí ele perguntou o que eu queria. Eu tava querendo esse caminho aqui em cima, que era a minha parte, e meus ir-

---

mão tinham dois caminhões pra trás. Eles viram que estava imprensando muito lá embaixo. Eles ficaram com medo. Eu disse pro X [técnico da empresa]: “Eu tava pensando em negociar esse caminhão com vocês e mais dois caminhão e morre aqui.” Aí ele liga pra cá, liga pra lá, e eu lá esperando. (...) Ele ligou pra lá e disse: “Então tá bom, nós fecha o negócio aí então” (C.B.).

Para saldar a dívida com a empresa, conforme informações colhidas durante o trabalho de campo, muitos agricultores que assinaram o contrato de integração com a indústria de papel e celulose acabam vendendo suas propriedades. Deste modo, outro efeito da disseminação do cultivo de eucalipto através da integração produtiva, percebido por diversos agricultores em Domingos Martins, é a venda de diversas propriedades na região para pessoas consideradas pela população local como “*gente de fora*”: “(...) *hoje apareceu mais gente de fora, gente que a gente não conhece* (J.S.).”

Hoje em dia muita gente vendeu terra pra plantar eucalipto, ou plantou à meia, e hoje eu tenho visto famílias aqui que caiu 80 por cento por causa do eucalipto, a gente até trabalhava com um rapaz aqui que vendia 400 sacos de café por ano e hoje ele não tá colhendo nada de café, vendeu tudo e depois encheu tudo de eucalipto, não tem boi pra vender mais, não tem mais nada. Aquele foi mais de 80 por cento que ele caiu de produção, de vida e de tudo. Quando eu casei eu era fraco mesmo, trabalhava e ganhava bastante dinheiro com ele, era muito bom. Ele encheu o terreno todo de eucalipto e vendeu o terreno (C.B.).

Assim, segundo o representante do MPA da região serrana que entrevistamos, é muito comum encontrarmos nos classificados dos dois principais jornais do estado anúncios de venda de sítios em Domingos Martins acompanhados da descrição de que a área é propícia para o cultivo de eucalipto.

---

A produção integrada de eucalipto pode gerar também conflitos entre agricultores integrados e não integrados. Segundo o agricultor M.F., o vento leva sementes de eucalipto para as propriedades vizinhas. Deste modo, aquele que optou por não realizar o cultivo desta planta corre o risco de ter em suas terras árvores de eucalipto. Além disso, alguns agricultores plantam suas mudas de eucalipto até as divisas entre as propriedades. As árvores então acabam por invadir a propriedade vizinha. Este é o caso de M.F. que afirma que nunca plantou eucalipto, mas tem em sua propriedade muitas árvores que nasceram pela dispersão das sementes.

Começou a ter um conflito com questão de divisa, porque o eucalipto plantado em cima de divisa acaba invadindo a propriedade ao lado, isso acontece. Eu, por exemplo, nunca plantei um pé de eucalipto e devo ter aí mais de 40 mil pés na minha propriedade que veio de fora, invadiu. Semente veio, a gente não sabe o que fazer, além de que há algum tempo atrás não tinha uma lei específica que dizia qual a distância da divisa, e aí o meu vizinho plantou na divisa, e esse eucalipto que ele plantou na divisa hoje me tomou uma faixa de mais de 20 metros de largura pela extensão toda da propriedade. (...) Eu já procurei me informar e não acho ninguém que dê uma solução. Eu só acho que o que ele plantou na divisa eu não deixo cortar, porque na hora que ele cortar nós vamos ter que dividir isso aí. Isso às vezes traz conflito (M.F.).

Muitos agricultores da região de Domingos Martins, integrados ou não à indústria de papel e celulose, inferem que a expansão dos plantios de eucalipto tem sido responsável por provocar alterações na dinâmica do ambiente local. Assim, para um dos agricultores entrevistados, o plantio de eucalipto em larga escala interfere na disponibilidade de águas dos solos, nascentes e córregos da região:

Ele [o eucalipto] é um espalhador de chuva e um chupador de água. Eu acho que ele prejudica muito o meio ambiente. Ele tira a chuva, e a chuva que cai dentro dele não vai para o córrego. Hoje você entra lá no meio

---

do eucalipto e vê que tá sequíssimo, e se você entrar numa mata daqui você vê como tá molhado (C.B.).

Além de atribuir ao cultivo do eucalipto em larga escala a responsabilidade pelo arrefecimento da disponibilidade de água nos solos, córregos e nascentes que atravessam as propriedades da região, há agricultores, como E.R., que acreditam que a diminuição e irregularidade da distribuição de chuvas na localidade é um efeito que pode ser associado à referida atividade:

Teve uma mudança porque bem mais antigo a gente tinha a previsão que em setembro você podia plantar as roças todinhas, porque quando chegava setembro não falhava a chuva. Hoje não, o pessoal ficou esperando aí e a chuva não chegou. A gente plantou um pouco de milho lá, mas hoje ainda tava seco, não tá germinando bem. Eu não sei se foi impacto do eucalipto ou o que deu esse impacto, porque, não sei se você tem observado esse mapa que eles fazem por satélite, nessa área de Domingos Martins a mata e o eucalipto estão a 50% cada um (E.R.).

Não procuramos aqui definir os efeitos ambientais causados pelo cultivo de eucalipto. No entanto, é interessante observar que os agricultores, mesmo aqueles que são integrados ao setor de papel e celulose, entendem que a atividade pode oferecer esse risco. Nesse sentido, temem os efeitos que a mesma pode causar, principalmente na distribuição de águas, recurso primordial para a realização de suas atividades e muito valorizado pelos agricultores daquele município, onde muitas propriedades contam com nascentes que servem para irrigar a produção, além de abastecer suas casas. Há ainda outros efeitos ao ambiente local percebidos pelos agricultores e atribuídos às plantações de eucaliptos que, por questão de espaço, não podem ser abordados aqui. Assim, em outra oportunidade, nossa intenção é produzir um trabalho apenas sobre a percepção dos agricultores em relação às mudanças ocorridas no ambiente em que vivem em função do cultivo de eucalipto.

---

## 5. Considerações Finais

Neste artigo tivemos o objetivo de analisar como agricultores percebem os efeitos causados pela ação de uma grande indústria multinacional produtora de papel e celulose – a Fibria Celulose S/A – no campo, isto é, na região em que vivem e trabalham. Deste modo, direcionamos nosso olhar para um programa de integração entre a Fibria Celulose S/A e pequenos agricultores, através do cultivo de eucalipto, chamado de “Produtor Florestal”. Este programa de fomento florestal foi introduzido pela Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo em meados dos anos 1990 e atualmente é mantido pela Fibria Celulose S/A.

Para fundamentar nossa reflexão, selecionamos o Município de Domingos Martins, localizado na região sudoeste serrana do Estado do Espírito Santo como local de trabalho de campo. Escolhemos este município por dois motivos. Primeiro, por possuir o segundo maior número de contratos de integração do Espírito Santo. Segundo, em virtude de sua economia se fundamentar basicamente na produção de alimentos em propriedades geridas por pequenos agricultores e suas famílias, que se dedicam ao cultivo de hortaliças, café, frutas que são comercializados, em sua maioria, na região da Grande Vitória, capital do estado. Lá colhemos dados etnográficos através da observação participante e de entrevistas com agricultores integrados e não integrados ao setor de papel e celulose, bem como com representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nas entrevistas, buscamos captar as percepções destes atores sobre os efeitos das atividades da referida indústria, especialmente pela promoção da produção integrada de eucalipto, na organização da sua vida, do trabalho, da propriedade, ou seja, do lugar em que classificam como a *sua região*, entendida, neste caso, como uma realidade social dotada de significados, construídos socialmente pelas percepções daqueles que nela vivem e trabalham.

Neste sentido, percebemos que tanto aqueles agricultores que optaram por se integrar ao setor de papel e celulose, quanto os que se mantiveram distanciados desta atividade avaliam que o cultivo de eucalipto para a indústria de papel e celulose produz efeitos locais. Dentre os efeitos mais assinalados pelos agricultores entrevistados encontram-se a dimi-

nuição da produção de alimentos; o aumento do preço pago e a escassez de mão de obra para o trabalho em outras atividades rurais; a falência e venda de terras de alguns dos agricultores integrados que contraem dívidas com a indústria integradora; o conflito entre agricultores que cultivam eucalipto e os que não cultivam, em razão da dispersão das sementes da planta; a diminuição da disponibilidade de água em solos, nascentes e córregos, e a irregularidade na distribuição das chuvas naquela localidade. Assim, verificamos que a introdução de uma indústria, como a de papel e celulose, é capaz de causar impactos não apenas na região em que sua planta está instalada, mas em locais distantes, dado seus programas de atuação. Portanto, estabelecer um olhar para além dos arredores da indústria, para perceber seus impactos, apresenta-se como um caminho interessante.

## 6. Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, XIII, Recife. Anais... Recife: SBS, 2007.

ALBERGARIA, Alessandra Vasconcelos; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento Rural. In: **Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, VIII, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. Disponível em: <http://baseportal.com/cgi-in/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/ALASRU2010/2010trabs&localparams=1&db=2010trabs&cmd=list&range=1560,20&cmd=all&Id=1446>. Acesso fev. 2011.

AMBRÓZIO, Aldo. **Análítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S. A., na década de 1990**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

---

ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro. **Conflito & Co-operação**: análise das estratégias socioambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus-Ba: Editus, 2003.

ANTOGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como abrigo e território como recurso**: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no Norte do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ARACRUZ Celulose S/A. **Programa Produtor Florestal**. Espírito Santo, 2007.

\_\_\_\_\_. **REVISTA do Programa de Fomento Florestal da Aracruz Celulose**. ano I, n.1, ago. 2003.

\_\_\_\_\_. **REVISTA Produtor Florestal**, ano 2, n. 4, jul. 2004

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo Unidade Aracruz Regiões do Espírito Santo e Bahia**, mai. 2010. Disponível em: [www.fibria.com.br/.../plano\\_de\\_manejo\\_fibria\\_es\\_ba\\_2010.pdf](http://www.fibria.com.br/.../plano_de_manejo_fibria_es_ba_2010.pdf). Acesso: out. 2010.

BERGAMIM, Márcia Cristina; CAMPOS JR., Carlos Teixeira. Agricultura familiar no Espírito Santo: concentração fundiária e recomposição socioeconômica. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, XLIII, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/2/441.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/441.pdf). Acesso: mar. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989, p. 107-132.

CANTO, Juliana Lorensi et al. Avaliação das condições de segurança do trabalho na colheita e transporte florestal em propriedades rurais fomentadas no Estado do Espírito Santo. In: **Árvore**, v. 31, n. 3, p. 513-520, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622007000300017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622007000300017&script=sci_arttext). Acesso: mar. 2013.

CERQUEIRA, Regina Coeli. **Estratégias de integração agroindustrial**: os agricultores familiares e Aracruz Celulose na Zona da Mata Mineira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvi-

---

mento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – principais interesses em jogo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990.

DAL'COL, Jairo. Fomento Florestal: Uma oportunidade de negócio. **Rev. Opiniões**. Jun-Ago 2006. Disponível em: <http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=390>. Acesso: ago. 2010.

DE'NADAI, Alcir; OVERBEEK, Winfridus; SOARES, Luiz Alberto. **Plantações de eucalipto e produção de celulose: Promessas de emprego e destruição de trabalho: O caso Aracruz Celulose no Brasil**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Brasil, 2005.

DIESEL, Vivien et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. In: **Extensão Rural**, v. 13, p. 120-146, jan-dez. 2006.

FARINA, Elizabeth Maria Querido. Abordagem sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia dos custos de transação. In: **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FASSARELA, Roberto Amadeu; REGO, Milena Araujo. A estrutura fundiária do Espírito Santo de 1970 a 2006. In: **Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo**. Vol. 1. Vitória: PPGeco/CORECON-ES, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Incentivos e mecanismos financeiros para o manejo florestal sustentável na região Sul do Brasil**. FAO, 2004. Disponível em [www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf](http://www.fao.org/forestry/12000-09ec4e1c04ebfcd232f76c89136cadcf.pdf). Acesso: dez. 2010.

GALVÊAS, Pedro Arlindo Oliveira; DADALTO, Gilmar Gusmão (coord.). **Novo PEDEAG 2007-2025: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba**. Estudo Setorial Silvicultura. Vitória – ES, out. 2007. Disponível em: <http://www.seag.es.gov.br/pedeag/pdf/silvicultura.pdf>. Acesso: jul. 2008.

---

GAZOLLA; Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 15, vol. 1, p. 89-122, abr. 2007. Disponível em: [r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=273&vT=da&vA=40](http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=273&vT=da&vA=40). Acesso: mar. 2013.

GOMES, Ana Paula Wendling; GOMES Adriano Provezano. Sistema de integração na avicultura de corte: um estudo de caso na região de Viçosa – MG. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 46, Acre. Anais... Acre: SOBER, 2008. Disponível em: [ageconsearch.umn.edu/bitstream/102557/2/965.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/102557/2/965.pdf). Acesso: ago. 2011.

GONÇALVES, Múcio Tosta. A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): notas sobre história econômica e ambiental de uma região. In: **Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina**. Anais... Diamantina, 2006. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario.../2006/D06A070.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario.../2006/D06A070.pdf). Acesso: jan. 2011.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil Regional Região Sudoeste Serrana. Microrregião Administrativa 4**. Vitória, ES, 2009.

\_\_\_\_\_. **CENSO AGROPECUÁRIO – 2006. Resenha de Conjuntura**, ano II, n. 71, out. 2009b. Disponível em: [www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121018\\_338\\_200971.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121018_338_200971.pdf). Acesso: nov. 2012.

LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: os índios Tupiniquim e Guarani Mbya e a empresa Aracruz Celulose**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MULS, Nair Costa. Modernização e Industrialização da Agricultura em Direção a uma “Fabrização” do Processo de Trabalho? In: **Raízes**, Ano XVI, Nº 15. P. 11-24, dez.1997.

---

PAYÉS, Manuel Antonio Munguía. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PEDRÃO, Fernando. As transformações rurais do capital no Brasil. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 13, n.4, p. 819-835, mar. 2004.

PEDREIRA, Maria da Silva. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 13 n. 4, p.1005-1018, mar. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas. In: Brasil, Ministério do Turismo. (Org.). **Turismo Social: Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão.** Rio de Janeiro: Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM, v. 1, p. 264-294, 2006.

SIQUEIRA, Joésio Deoclécio Pierin et al. Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. e extensão florestal do Governo do Estado do Espírito Santo. In: **Floresta**, Edição Especial, p.3-67, 2004. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/viewArticle/2410>. Acesso: fev. 2011.

SOARES, Naisy Silva et al. A cadeia produtiva da celulose e do papel no Brasil. In: **Floresta**, v. 40, n. 1, p. 1-22, jan-mar. 2010. Disponível em: [ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/download/.../11255](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/download/.../11255). Acesso: fev. 2011.

TERRA; Vilma R. *et al.* Estudo limnológico visando avaliação da qualidade das águas do rio Jucu Braço Norte, ES. In: **Natureza Online**, n. 8, p. 8-13. 2010. Disponível em: [www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/.../02\\_TerraVRetal\\_0813.pdf](http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/.../02_TerraVRetal_0813.pdf). Acesso: fev. 2011

ZIEBERT, Roger André; SHIKIDA, Pery Francisco. A. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, Estado do Paraná: Uma abordagem a partir da nova economia institucional. In: **Agricultura**, v. 51, n. 1, p.

---

71-86, jan./jun. 2004. Disponível em:  
[www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-04-5.pdf](http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-04-5.pdf). Acesso: jan. 2011.

**Artigo recebido para publicação em:**

13 de outubro de 2012.

**Artigo aceito para publicação em:**

05 de fevereiro de 2013.

**Como citar este artigo:**

AQUINO, Silvia L. de. “Estratégias empresariais e efeitos locais: A integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. especial, pp. 158-197, 2013.